



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 29/2021 – Revoga a Lei Municipal nº 3.912, de 08 de dezembro de 2009.

I – RELATÓRIO

De autoria do Poder Executivo, em análise por esta Procuradoria Geral, visa revogar a Lei n.º 3.912/2009 que “Desafeta e autoriza doação de imóvel que especifica e dá outras providências.

Tem como intuito, o presente projeto de lei, autorizar a reversão ao Município de terreno urbano doado para União Federal para construção de Varas do Trabalho na comarca que não foi adimplida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região conforme consta em mensagem anexa.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A revogação de leis é instrumento do Direito utilizado para a retirada do ordenamento jurídico de normas que não são mais convenientes ou ainda consideradas incompatíveis como o ordenamento jurídico existente.

Considerando que a matéria não foi reservada à Lei Complementar, correta está a revogação através de Lei Ordinária.

O Efeito da revogação da Lei é a retirada de autorização legislativa para Doação e desafetação do bem em comento.

Logo se posteriormente outro Agente Político quisesse doar tal área necessária nova aprovação por parte do Poder Legislativo.

Verifico ainda que a iniciativa está prevista no art. 69, I da Lei Orgânica Municipal, transcrevo:

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 69. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I – a iniciativa das leis, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

No mais verifica-se que o motivo da reversão é o não cumprimento do disposto no Artigo 3º da Lei Municipal nº 3.912/2009.

Verifico equívoco na redação do artigo 1º no projeto de Lei e ainda a ausência de normas posteriores que podem ser revogadas e recomendo a alteração de sua redação e da ementa passando a constar:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



Revoga as Leis n.ºs 3.912, de 08 de dezembro de 2009, 4.193, de 20 de novembro de 2012 e 4.739, de 11 de maio de 2018.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis n.ºs 3.912, de 08 de dezembro de 2009, 4.193, de 20 de novembro de 2012 e 4.739, de 11 de maio de 2018.”

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, reproduzo:

REGIMENTO INTERNO

Art. 68. Compete à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas.

O quórum das deliberações do projeto em questão é de **2/3 (DOIS TERÇOS)**, conforme preleciona o art. 263, XI do Regimento Interno da Câmara Municipal, POIS SE PARA APROVAR É NECESSARIO O QUÓRUM QUALIFICADO PARA ALTERAR OU REVOGAR É NECESSÁRIO O MESMO QUÓRUM, reproduzo:

REGIMENTO INTERNO

Art. 263. Só pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros, pode a Câmara Municipal:

...

XI – aprovar projetos que autorizam venda, doação, permuta ou comodato de bens imóveis ou descaracterização de bens de uso comum do povo, para efeito de sua alienação.

III – CONCLUSÃO

OPINO pela possibilidade de tramitação do projeto de lei, com as alterações especificadas.

O parecer não vincula as comissões permanentes, nem reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.
Iturama - MG, 20 de julho de 2.021.

David Tribioli Corrêa
Advogado